



Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2024
Com o relatório dos auditores independentes

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
--	---

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Membros do Conselho Fiscal e Administração do
Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguaia SOS Pantanal
Mato Grosso do Sul – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguaia SOS Pantanal (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguaia SOS Pantanal em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de julho de 2025.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1



Rogério Guimarães
Contador- CRC-1SP336932/O-3



Fábio Debiaze Pino
Contador- CRC-1SP251154/O-9

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
(Valores expressos em Reais)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de doações	10	2.844.032	1.484.331
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(611.292)	(417.403)
Despesas com expedições, exposições e outros	12	<u>(2.578.681)</u>	<u>(2.099.960)</u>
		(3.189.973)	(2.517.363)
Déficit antes do resultado financeiro		(345.941)	(1.033.032)
Resultado financeiro líquido	13	173.045	226.119
Déficit do exercício		<u>(172.896)</u>	<u>(806.913)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Déficit do exercício	(172.896)	(806.913)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(172.896)</u>	<u>(806.913)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.163.684	-	3.163.684
Déficit do exercício	-	(806.913)	(806.913)
Incorporação do déficit do exercício	(806.913)	806.913	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.356.771	-	2.356.771
Déficit do exercício	-	(172.896)	(172.896)
Incorporação do déficit do exercício	(172.896)	172.896	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.183.875	-	2.183.875

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAIA SOS PANTANAL

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(172.896)	(806.913)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais:		
Depreciação	93.493	92.899
Provisões diversas	30.000	30.000
	(49.403)	(684.014)
Variações em ativos e passivos operacionais		
Outros créditos	(31.646)	-
Fornecedores	164.394	244
Obrigações tributárias	1	930
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14.692	4.346
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	98.038	(678.494)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(29.574)	(10.120)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(29.574)	(10.120)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	68.464	(688.614)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.145.274	2.833.888
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.213.738	2.145.274
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	68.464	(688.614)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Bacia do Alto Paraguai é de grande importância para o Brasil, nela se insere o Pantanal, a maior planície alagável contínua do planeta. Considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2000.

O Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal (“Instituto” ou “Instituto SOS Pantanal”), criado em 2009, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, certificada pelo Ministério da Justiça do Governo Federal, privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. O Instituto SOS Pantanal tem como missão “trabalhar para que as futuras gerações conheçam o Pantanal em sua máxima potência: um refúgio da biodiversidade e da cultura dos povos pantaneiros. Atuamos para mitigar e adaptar o bioma e seu entorno às mudanças do clima. Fazemos isso entendendo a realidade local, mobilizando diferentes setores da sociedade em torno de nossa causa e desenhando intervenções para o desenvolvimento sustentável do bioma.”.

Com representantes dos diversos setores da sociedade pantaneira, o Instituto SOS Pantanal chegou para somar com outras iniciativas da região, tornando-se uma ferramenta fundamental na facilitação do diálogo. Assim, o Instituto tem promovido a gestão do conhecimento e a disseminação de informações de forma clara, desencadeando impactos positivos para a conservação e desenvolvimento sustentável do Pantanal.

O Instituto, com sede administrativa em Campo Grande – MS, atua na Bacia do Alto Paraguai desde a sua criação, desenvolvendo ações e estratégias por meio de projetos que contribuem para o desenvolvimento e proteção do Pantanal:

- Mapeando a cobertura vegetal da bacia do Alto Paraguai e direcionando esforços para restauração de áreas prioritárias para a manutenção da vida neste bioma, como as nascentes que fornecem água limpa para as comunidades, nascendo assim o programa, Raízes do Pantanal.
- Atuando na prevenção e na primeira resposta aos focos de incêndio, através da estruturação de uma rede, que hoje conta com 28 brigadas rurais de incêndios florestais espalhadas pelo bioma e seu entorno, denominadas “Brigadas Pantaneiras”.
- Políticas Públicas;
- Monitorando a qualidade da água nos corpos hídricos em locais chave na Bacia do Alto Paraguai, integrando a sociedade civil no processo de monitoramento, promovendo a educação ambiental, com foco em crianças e jovens, buscando soluções conjuntas com o poder público e o setor privado para potabilização da água e saneamento, e fomentando a criação de políticas públicas que melhorem a qualidade da água e da vida das pessoas que dela dependem.

MAPEAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI

O Mapeamento da Cobertura Vegetal da Bacia do Alto Paraguai – Pantanal apresenta resultados do monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do solo na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai – BAP (porção brasileira). O primeiro resultado deste projeto foi o detalhamento e a atualização das alterações da cobertura vegetal na BAP em 2008, tendo como base o mapeamento do PROBIO (2002), com o escopo de compreender sua dinâmica ambiental e os vetores de pressão sobre a região.

Atualmente, o Instituto SOS Pantanal é membro do Observatório do Clima que possui uma plataforma de monitoramento de biomas brasileiros – MapBiomias.

Expedição Pantanal – EXP 2011

A Expedição Pantanal – EXP 2011 percorreu o Pantanal, visitando propriedades rurais e instituições nas diversas regiões do Bioma em busca de boas práticas. Esta expedição aconteceu de julho a dezembro de 2011, tendo como parceiros a Fundação Toyota do Brasil, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a rede de Hipermercados COMPER e a TV Morena (afiliada da Rede Globo no Mato Grosso do Sul). Em 2019 nova expedição foi realizada com foco em projetos de conservação da fauna e empreendimentos de ecoturismo.

Atualmente, as expedições acabaram tomando uma maior proporção, dividindo em expedições menores e temáticas.

Políticas Públicas

Através da incidência nas diversas instâncias da federação, promovemos um diálogo intenso entre a sociedade e o poder público, de modo a firmar novas políticas públicas e consolidar aquelas que já estavam em vias de publicação. Dessa maneira, através de múltiplas articulações no legislativo, conseguimos incidir para uma Lei Federal do Pantanal, desde o PL 5482/2022 ao PL 2334/2024. Não obstante, fomentamos e incidimos na aprovação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, sancionada no ano passado. De tal forma, também incidimos, subsidiando tecnicamente os elementos que deram cabo ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Pantana (PPPantanal).

Participando de fóruns e articulando diversas reuniões com stakeholders, tivemos o êxito de realizar o Seminário Pantanal no Contexto Global e, em conjunto com outras organizações, divulgar o bioma para os países membros da União Europeia, tanto no território brasileiro quanto no Parlamento Europeu. Os esforços de 2024 foram concentrados na consolidação e atuação do Instituto SOS Pantanal nas instâncias do Executivo federal e estadual, do Legislativo federal e estadual e, também, na mais alta instância do Judiciário, com a incidência para um parecer favorável ao bioma no Julgamento da Identidade Ecológica, através da atuação no processo dos Embargos de Declaração da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 42.

Os esforços ora demonstrados, representaram um marco na articulação para territorialização de políticas federais e a promoção de políticas públicas à nível municipal. Lançando campanhas voltadas para candidatos à prefeito, atuando na incidência para aprovação de marcos legais e, jurídicos, favoráveis ao Pantanal, o Instituto permitiu a consolidação de mais ações estatais voltadas para a conservação e promoção do desenvolvimento do bioma.

Programa Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - Projeto Brigadas Pantaneiras (BPAN)

O Pantanal é um bioma historicamente reconhecido pelos seus regimes de secas (abril a setembro) e cheias (outubro e março). Diante dos efeitos das mudanças climáticas, os períodos de secas estão sendo influenciados, apresentando intensidade, frequência e duração cada vez maiores. Essa informação tem sido perceptível nos últimos anos, quando analisamos o histórico de ocorrência de incêndios florestais e área atingida no bioma. Esse cenário afeta de várias formas os povos, comunidades rurais, zonas urbanas, fauna e flora local que dependem diretamente dessa dinâmica sazonal.

Nesse sentido, o programa tem por objetivo promover a proteção do território contra incêndios florestais, como o que aconteceu em 2020. Diante disso, o Projeto Brigadas Pantaneiras nasce visando a prevenção e primeira resposta aos focos de incêndio, além de estruturar as fazendas e comunidades para desempenharem ações em conformidade com os princípios do Manejo

Integrado do Fogo (MIF), garantindo, assim, proteção à BAP e seus habitantes contra incêndios florestais. Essa rede recebe formação sobre prevenção e combate à incêndios, equipamentos para proteção individual e combate ao fogo, monitoramento remoto e assessoria técnica relacionada à manutenção de equipamentos e ações preventivas. Todas as brigadas apoiadas diretamente pelo Programa já entraram em combate às chamadas para defender seus respectivos territórios, obtendo resultados positivos na diminuição da área queimada.

Em 2023, expandimos o monitoramento remoto para outras brigadas coordenadas por instituições parceiras, para otimizar a identificação de novos focos de calor e diminuir o tempo de resposta, alcançando um número total de 70 brigadas. Em 2024, o SOS Pantanal prosseguiu com a capacitação das brigadas pantaneiras, aumento da capacidade de resposta rápida por meio do monitoramento satelital, suporte com manutenção de equipamentos, adoção de estratégias do manejo integrado do fogo, advocacy e educação ambiental. Hoje são mais de 700 mil ha assistidos pelas brigadas e mais de 1.2 milhão de ha monitorados. A meta até 2025 é alcançar 2 milhões de hectares monitorados, mais de 700 brigadistas treinados, 100% das brigadas do território monitoradas e aprovar quatro projetos locais de manejo integrado do fogo e governança local, além de envolver todas as 28 brigadas formadas pelo SOS Pantanal em atividades de educação ambiental relacionadas ao MIF.

Programa de Conservação e Restauração - Projeto Raízes do Pantanal

Os grandes incêndios de 2020 foram responsáveis pela queima de 26% do bioma, e ao analisarmos os cenários de longo prazo, constatamos uma tendência de aumento gradativo da temperatura, secas mais severas e longas, e por consequência, temporadas de incêndios ampliadas e mais intensas. Diante disso, mobilizamos parceiros e comunidades na restauração de áreas prioritárias para a manutenção da vida neste bioma, como as nascentes que fornecem água limpa para as comunidades, nascendo assim o Projeto Raízes do Pantanal.

O projeto é uma iniciativa de restauração socioecológica na região do Pantanal, especificamente na Terra Indígena Cachoeirinha, localizada em Miranda - MS. Após 4 anos do início do projeto, cerca de 9 hectares de áreas prioritárias, sobretudo área degradadas no entorno de nascentes, estão em processo de restauração utilizando diferentes técnicas, seis sistemas agroflorestais criados e 3 poços recuperados e potabilizados, mais de 100 toneladas de CO2 capturadas, 5 nascentes recuperadas e protegidas, e 80 hectares ganharam proteção extra, com cercamento e confecção de aceiros. No total, foram plantadas mais de 11.100 mudas nativas, promovendo a restauração da vegetação nativa e o envolvimento da comunidade no plantio de espécies alimentícias, auxiliando na segurança alimentar das famílias da região e o envolvimento de 150 membros da comunidade, com mais de R\$ 96 mil revertidos para a comunidade. Inicialmente, o projeto contemplava somente a aldeia Mãe Terra. Atualmente, temos a mobilização de mais 4 aldeias: Vila São Miguel, Moreira, Argola e Cachoeirinha.

Programa de Conservação e Restauração - Projeto Reflorestando Verdes e Saberes

Recentemente o SOS Pantanal iniciou a contribuição neste projeto, desenvolvido na Aldeia Limão Verde, em Aquidauana, MS, como uma iniciativa da Chalana Esperança com apoio da LIVE!. A contribuição resultou na compra e manutenção de 500 mudas produzidas pela comunidade, que assegurarão a restauração efetiva na nascente escolhida pela aldeia indígena.

A meta do programa para 2026, a meta é de 60 mil mudas plantadas, 438 ha protegidos, mais duas nascentes em processo de recuperação, mais de 1.000 toneladas de CO2 capturados e pelo menos mais uma comunidade participante do programa, como resultado dos projetos já em andamento e de mais dois adicionais:

- Adote Uma Nascente, que visa restaurar nascentes em áreas prioritárias na Bacia do Alto Paraguai, em localidades dos biomas Pantanal e Cerrado, promovendo segurança hídrica e garantindo a manutenção de serviços ecossistêmicos, com a participação direta das

comunidades envolvidas na cadeia produtiva da restauração ecológica.

- Caminhos das Nascentes, que visa a restauração de 378 hectares na região das nascentes do Rio Taquari.

Programa Águas do Pantanal - Projeto Águas Que Falam

Entre 1988 e 2018 o bioma perdeu 21% de sua superfície de água, e no ano de 2023, esta área foi 61% menor do que a média histórica. Esta crise, além de aumentar o risco de incêndios, provoca insegurança hídrica e alimentar nas comunidades e impacta a economia local de diferentes formas. Por isso, em 2023 decidimos ser crucial a criação de um programa perene de contribuição na conservação da água que chega ao Pantanal. Abrindo o novo programa criamos o Projeto Águas Que Falam, com o objetivo de monitorar e avaliar a qualidade da água em comunidades sem acesso à saneamento básico residentes na Bacia do Alto Paraguai, desenvolvendo soluções para a potabilização da água e promovendo a participação comunitária na gestão hídrica de seus territórios. O projeto é desenvolvido em parceria com a Chalana Esperança e a SOS Mata Atlântica e, desde junho de 2024, conta com o apoio da Empresa Everest.

Através de ações de ciência cidadã, educação ambiental e potabilização de água, o projeto atende 20 comunidades prioritárias em seis municípios nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, localizadas na Bacia do Alto Paraguai, com destaque para comunidades quilombolas, indígenas e rurais. A coleta e análise de água é realizada mensalmente em 11 localidades, possibilitando uma leitura contínua sobre a realidade de cada local.

Até o momento, o projeto já garantiu acesso à água potável para 800 pessoas de seis diferentes comunidades, mais de 500 pessoas participantes de oficinas de educação ambiental, distribuição de mais de mil unidades do livro **“Marina a menina que escutava os rios”**. Até 2026, o projeto tem a meta de **900 pessoas** com acesso à água potável e saneamento, **engajamento de 1.200 pessoas** em sessões educativas e oficinas de sensibilização, 2000 pessoas indiretamente beneficiadas por atividades de educação para conservação e 2000 cópias do livro distribuídas para crianças da BAP.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2015/ITG2002 (R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem finalidades de lucros” e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) “Entidade sem finalidade de lucros”.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração do Instituto em 11 de julho de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

O Instituto não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Adicionalmente as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, exceto quando indicado outra forma.

2.4. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação de políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas esperadas, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Instituto revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Instituição se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir:

(i) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal, quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as Empresas gerenciam estes investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelo Instituto.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o Instituto não possuía instrumentos financeiros derivativos e consequentemente também não adotou a prática de *Hedge Accounting*.

(ii) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Instituto determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente o valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros do Instituto incluem: caixa e equivalentes de caixa e outros créditos (classificados como empréstimos e recebíveis).

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Instituto transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou “repasse”; e o (a) o Instituto transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Instituto não transferir nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando o Instituto tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Instituto com o ativo. Nesse caso, o Instituto também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Instituto manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Instituto, dos dois o menor.

(iii) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros do Instituto incluem: fornecedores que estão classificadas como empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Avaliação do valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

O Instituto avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 2024 e em 2023 o Instituto não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos financeiros e não financeiros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pelo Instituto não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

3.4. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelos valores de custos de aquisição dos bens. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, conforme Nota Explicativa nº 5.

3.5. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias são montantes de tributos retidos de terceiros e devidos por conta de pagamentos a fornecedores e empregados do Instituto, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.6. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9. Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Apuração do superávit ou déficit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas do Instituto são provenientes de doações e patrocínios, recebidas em caixa ou em ativos, de terceiros, desde que utilizado de acordo com a sua atividade-fim.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	588	2
Aplicações financeiras	2.213.150	2.145.272
	2.213.738	2.145.274

Os saldos de disponibilidades são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são do tipo FIC de FI referenciado DI Special e Invest Fácil com remuneração média de 0,47% a.m.

5. Imobilizado

				Líquido	
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2024	2023
Móveis e utensílios	10%	20.589	(8.978)	11.611	364
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	288.079	(211.141)	76.938	116.990
Instalações e decorações	10%	6.335	-	6.335	-
Centro de processamento de dados	20%	42.814	(20.710)	22.104	25.452
Veículos	20%	190.500	(119.619)	70.881	108.982
		548.317	(360.448)	187.869	251.788

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

Movimentação do ativo imobilizado líquido 2024:

	2023	Adições	Baixas	2024
Móveis e utensílios	8.943	11.646	-	20.589
Máquinas e equipamentos	279.261	8.818	-	288.079
Instalações e decorações	-	6.335	-	6.335
Centro de processamento de dados	40.039	2.775	-	42.814
Veículos	190.500	-	-	190.500
	518.743	29.574	-	548.317
(-) Depreciação	(266.955)	(93.493)	-	(360.448)
	251.788	(63.919)	-	187.869

Movimentação do ativo imobilizado líquido 2023:

	2022	Adições	Baixas	2023
Móveis e utensílios	8.943	-	-	8.943
Máquinas e equipamentos	279.261	-	-	279.261
Centro de processamento de dados	29.919	10.120	-	40.039
Veículos	190.500	-	-	190.500
	508.623	10.120	-	518.743
(-) Depreciação	(174.056)	(92.899)	-	(266.955)
	334.567	(82.779)	-	251.788

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

6. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores	164.638	244
	164.638	244

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2024	2023
Salários e encargos	11.046	-
Férias e encargos sobre férias a pagar	25.406	21.760
Provisões diversas	60.000	30.000
IRRF a recolher	554	554
	97.006	52.314

8. Provisão para riscos processuais

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, para o qual constitui provisao quando aplicável, com base nas estimativas de seus assessores jurídicos.

Não existem processos com probabilidade de perda provavel, dessa forma, não há qualquer registro nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, bem como processos com probabilidade de perda possível passíveis de divulgação.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

9. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é constituído por bens e direitos que a qualquer título, lhe sejam doados e transferidos conforme artigo 5º do Estatuto Social. Sendo composto pelos resultados auferidos pelo Instituto em cada exercício social, sejam estes resultados superávits ou déficits, é vedada a distribuição aos mantenedores e/ou quaisquer interessados.

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 2.183.875 (R\$ 2.356.771 em 2023).

10. Receita de doações

	2024	2023
Doações pessoas físicas	1.902.686	936.530
Doações pessoas jurídicas	941.346	547.801
	2.844.032	1.484.331

Receitas do Instituto não possuem restrição de utilização.

11. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal	(191.477)	(166.877)
Prestação de serviços	(119.169)	(76.329)
Patrocínio de projetos	(101.991)	-
Depreciação	(93.493)	(92.899)
Aluguéis	(34.390)	(28.000)
Manutenção	(18.287)	(7.626)
Despesas com combustíveis e lubrificantes	(5.954)	(6.879)
Despesas com viagem	(5.756)	(17.713)
Impostos e taxas	(3.341)	(2.287)
Seguros	(1.818)	(112)
Materiais de escritório	(295)	(2.007)
Outras despesas administrativas	(35.321)	(16.674)
	(611.292)	(417.403)

12. Despesas com expedições, exposições e outros

	2024	2023
Prestação de serviços PJ	(710.914)	(822.636)
Custos com projetos	(293.917)	(254.729)
Despesas com eventos	(228.406)	(80.100)
Custos com estudos e pesquisas	(218.821)	(96.486)
Consultoria em comunicação	(178.020)	(112.760)
Passagens aéreas / terrestres	(164.114)	(117.417)
Consultoria ambiental	(162.598)	(10.000)
Serviço jurídicos	(130.200)	(96.480)
Manutenção de veículos	(76.385)	(9.434)
Hospedagens	(64.988)	(56.684)
Refeições	(37.989)	(35.455)
Custos com combustíveis e lubrificantes	(30.695)	(37.479)
Despesas com treinamentos	(23.700)	(1.260)
Despesas com comunicação visual	(8.650)	(91.416)
Provisões diversas	(30.000)	(30.000)
Outros serviços	-	(13.700)
Outros custos	(219.284)	(233.924)
	(2.578.681)	(2.099.960)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO ALTO PARAGUAI SOS PANTANAL

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

13. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	262.649	357.566
Descontos obtidos	8.668	632
	271.317	358.198
Despesas financeiras		
IRRF sobre aplicação financeira	(78.888)	(119.543)
Despesas bancárias	(15.010)	(9.856)
IOF	(4.373)	(2.660)
Juros e multas	(1)	(20)
	(98.272)	(132.079)
	173.045	226.119

14. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O estatuto social do Instituto em sua cláusula vigésima quinta, estabelece que o Conselho Diretor pode proceder com a contratação de um Diretor Executivo qualificado, sendo este remunerado de acordo com os valores praticados pelo mercado.

15. Gestão de riscos

O Instituto está exposto através de suas operações aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de taxa de juros.

Como todos os outros negócios, o Instituto está exposto a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

Objetivos Gerais, Políticas e Processos:

A administração tem responsabilidade geral pela determinação dos objetivos e políticas de gerenciamento de riscos do Instituto e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação dos objetivos e políticas para a função de finanças do Instituto.

O objetivo geral da administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade do Instituto. Mais detalhes sobre estas políticas são apresentados a seguir.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Instituto se um associado ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros potencialmente sujeitos ao risco de crédito para o Instituto consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa, os quais são mantidos com instituições financeiras de crédito respeitável e podem ser resgatados a qualquer momento mediante demanda.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição de crédito máxima. Todo o caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos brasileiros de primeira linha.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que elas venham a ser devidas. A política do Instituto é assegurar que ela sempre terá dinheiro suficiente para permitir que ele cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação do Instituto.

A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumenta.

O Instituto monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes.

c) Risco de taxa de juros

O Instituto possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI (nota explicativa 4), expondo esses ativos às flutuações nas taxas de juros. O Instituto não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge/swap contra a exposição desses riscos de mercado.

16. Seguros (não auditado)

O Instituto contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram encaminhadas aos auditores.

17. Benefício fiscal por ser entidade sem fins lucrativos

O Instituto é isento do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

18. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
